



ACÓRDÃO Nº 518/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11231/2017.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Serviço Autônomo de Água e Esgoto do Município de Manacapuru - SAAE.
- 4- **Exercício:** 2016.
- 5- **Responsável:** Sr^a Astrides Ferreira da Silva, Diretora Presidente, à época.
- 6- **Advogado:** não possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 2710 /2018-MPC-JBS, do Dr. João Barroso de Souza, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Mário Manoel Coelho de Mello.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Serviço Autônomo de Água e Esgoto do Município de Manacapuru - SAAE. Exercício de 2016.

Revel. Irregularidade. Alcance. Multas. Prazos. Determinações. Comunicado.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade** nos termos do Voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1– Considerar revel a Sra. Astrides Ferreira da Silva**, responsável pelas contas, nos termos do art. 88 do Regimento Interno do TCE;
- 10.2 – Julgar Irregular a Prestação de Contas da Sra. Astrides Ferreira da Silva**, Diretora-Presidente do SAAE Manacapuru, exercício de 2016, conforme art. 22, III, da Lei nº 2.423/96 c/c art. 188, § 1º, III, “b” e “c”, da Resolução nº 04/02- RI TCE/AM;
- 10.3 – Considerar em Alcance a Sra. Astrides Ferreira da Silva** no valor de **R\$ 128.053,00** (cento e vinte e oito mil e cinquenta e três reais), que devem ser recolhidos na esfera Municipal para o órgão Prefeitura Municipal de Manacapuru pelas Restrições 11 e 13 transcritas na fundamentação do Voto;
- 10.4 – Aplicar Multa a Sra. Astrides Ferreira da Silva** no valor de **R\$ 8.768,25** (oito mil setecentos e sessenta e oito reais e vinte e cinco centavos), nos termos do art. 54, II, da Lei nº 2.423/96 c/c o art. 308, VI, da Resolução 4/2002, por ato praticado com grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, devido às restrições 3, 4, 7, 8, 9, 10 e 12 elencadas na fundamentação do Voto, que devem ser recolhidos na esfera Estadual para o órgão Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ. O recolhimento deve ser feito **no prazo de 30 dias**;
- 10.5 – Aplicar Multa ao Sra. Astrides Ferreira da Silva** no valor de **R\$ 4.384,12** (quatro mil trezentos e oitenta e quatro reais e doze centavos), nos termos do art. 54, III, da Lei nº 2.423/96 c/c o art. 308, V, da Resolução 4/2002, por ato de gestão ilegítimo ou antieconômico de que resulte injustificado dano ao erário, devido às restrições 11 e 13 elencadas na fundamentação do Voto, que devem ser recolhidos na



ACÓRDÃO Nº 518/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

esfera Estadual para o órgão Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ. O recolhimento deve ser feito **no prazo de 30 dias**;

10.6 – Aplicar Multa a Sra. Astrides Ferreira da Silva no valor de **R\$ 4.384,12** (quatro mil trezentos e oitenta e quatro reais e doze centavos), nos termos do art. 54, VII, da Lei nº 2.423/96 c/c o art. 308, IV, “b”, da Resolução 4/2002, por reincidência no descumprimento de determinação do Tribunal, devido às restrições 1, 2, 5, 6 e 14 elencadas na fundamentação do Voto, que devem ser recolhidos na esfera Estadual para o órgão Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ. O recolhimento deve ser feito **no prazo de 30 dias**;

10.7 – Determinar à origem que observe as normas sobre a gestão do SAAE, conforme itens de restrições elencados no Relatório da Unidade Técnica;

10.8 – Determinar à SECEX que oriente as próximas Comissões designadas a vistoriar o SAAE do Município de Manacapuru que verifiquem o cumprimento das determinações elencadas no voto;

10.9 – Comunicar à Sec. da Receita Federal do Brasil sobre a não comprovação do regular recolhimento dos encargos previdenciários devidos no exercício pela autarquia.

11- Ata: 28ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 07 de Agosto de 2018.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Mário Manoel Coelho de Mello.

14- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

YARA AMAZONIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS

Conselheira-Presidente

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO

Conselheiro-Relator

JOAO BARROSO DE SOUZA

Procurador-Geral